

Mala Direta
Básica

911020870001-63 – SE/RS
APTAFURG



SINDICATO NALUTA

ABRIL DE 2022 - ANO XVIII

HOMENAGEM À TODAS AS

MULHERES



MARÇO FEMINISTA SEM ANISTIA: NOSSOS DIREITOS NA ORDEM DO DIA, EM DEFESA DA DEMOCRACIA, PELA VIDA DAS MULHERES

Márcia Alves Dombkowsch

Advoga na área de Direito Civil, Administrativo, Previdenciário e Trabalhista. Dedicar-se ao estudo de temas relacionados aos Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades

O primeiro 8 de março sem o único presidente não reeleito da história do Brasil foi fruto da luta das mulheres. Ainda antes da eleição do genocida, em 2018, ocupávamos as ruas com o maior ato já organizado por mulheres contra um candidato, o #EleNão. A organização política, para além da institucionalidade, fez ecoar o uníssono grito que plantaria as sementes da resistência política em todo Brasil. Ao longo dos 4 anos de governo Bolsonaro, também não arredamos o pé da rua, em defesa do ensino público, com os Tsunamis da Educação e por Vacina no Braço, Comida no Prato e Fora, Bolsonaro!

Sobrevivemos à pandemia, ao aumento alarmante da violência de gênero e ao governo mais racista, misógino, machista, LGBTfóbico, negacionista, anticiência, autoritário e fascista que este país já viu.

Nós, mulheres, estivemos na linha de frente do cuidado da vida no momento mais dramático da nossa geração, em que perdemos milhares de pessoas devido não só ao vírus da Covid-19, mas, sobretudo, ao atraso premeditado na compra das vacinas, que escondia o nefasto esquema de negociação de propina por doses. Ao mesmo tempo, sofriamos as mais graves consequências da agenda ultraliberal implementada com o golpe de Dilma, em 2016. A PEC do teto de gastos, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista alicerçaram o caminho dos retrocessos que enfrentaríamos e enfrentamos, pois sabemos que, como sempre nos lembra Simone de Beauvoir, “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

A pandemia, somada ao desmonte das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, tanto pelo gover-

no estadual quanto federal, deu lugar à epidemia de violência, fazendo com que os números disparassem. Os resultados recentes divulgados pela pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, reacendem o alerta da importância da luta das mulheres para que nossos direitos estejam na ordem do dia. Não há democracia sem o combate à desigualdade de gênero, que ainda afeta desigualmente as próprias mulheres.

Por isso, continuamos nas ruas, lutando pelos nossos direitos e exigindo justiça e igualdade para todas as mulheres. Luta que acreditamos ser coletiva. Precisamos nos unir e nos organizar para enfrentar os problemas que nos afetam. É hora de dar um basta na violência machista e patriarcal, que atinge mulheres de todas as idades e classes sociais, mas, principalmente, mulheres negras e trabalhadoras.

No Rio Grande do Sul, a cada 22 minutos uma mulher é agredida. Só em 2022, 14 mulheres foram agredidas a socos e pontapés a cada minuto. A imagem é estarrecedora: 18,6 milhões de mulheres brasileiras vitimadas pela violência por ano – o equivalente a 365 estádios de futebol lotados. De novo, 365 estádios de futebol lotados de corpos de mulheres assediadas, agredidas, violentadas, suscetíveis ao feminicídio. Dentre elas, 65,6% são mulheres negras. Em 53,8% dos casos, a agressão ocorreu em casa.

**É HORA DE
EXIGIR
POLÍTICAS PÚBLICAS
QUE GARANTAM
NOSSOS
DIREITOS
E PROTEJAM
NOSSAS
VIDAS**

EDITORIAL

O QUE A CATEGORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA EM EDUCAÇÃO

PODE ESPERAR DO CONGRESSO NACIONAL?

O que esperar do Congresso Nacional da categoria técnica administrativa em educação que se realizará no mês de maio de 2023? Uma pergunta fácil de fazer e difícil de responder. Por uma razão bem simples: a atual conjuntura da luta entre as classes sociais no Brasil ficou profundamente complexa, bem como o atual momento de desenvolvimento do modelo societário do capital (capitalismo), que tem imposto uma severa regressão no padrão civilizatório desde a década de 1970, em função de sua crise estrutural, onde os caminhos postos são a barbárie ou a barbárie. Sobre essa questão mais estrutural não vamos nos debruçar neste singelo editorial. No entanto, no que concerne à questão da conjuntura, temos a obrigação de observar e tentar responder à pergunta feita inicialmente.

Lembremos: o que escrevemos aqui vale para o Brasil e para a América Latina, respeitando as diferenças culturais, seja do ponto de vista social, político e econômico. Pois bem, as delegadas e delegados deverão responder “o que fazer” nos próximos dois anos (tempo do mandato da nova direção), do ponto de vista conjuntural, mas, também, do ponto de vista de médio prazo e de longo prazo. O primeiro dando conta do tempo do mandato “Lula III” e o segundo, o tempo para além do mando da Frente Ampla. Neste sentido será preciso que os congressistas percebam a mudança estrutural na correlação de forças entre as classes sociais no Brasil e demais países.

Esta mudança se apresenta na medida em que uma “nova” força política emerge no cenário político, social e econômico. Esta força é o fascismo à brasileira, a extrema direita. Emerge com força total com capacidade de disputar o poder real na sociedade, mobilizando uma vasta base social.

A presença do fascismo no cenário social acaba por reposicionar as forças políticas. O exemplo lapidar deste processo é justamente a constituição de uma frente que vai da direita “clássica” à esquerda socialista. O impacto é tão vasto nestas relações que acabou por consolidar definitivamente o posicionamento do maior partido de esquerda da América Latina no espaço da centro esquerda, o Partido dos Trabalhadores. Poderíamos dizer que o centro do espectro está tumultuado, sendo tensionado por todos os lados pelo fascismo, impondo uma polarização entre a extrema direita e a esquerda moderada (PT), as duas únicas forças que realmente possuem um lastro social.

As delegadas e delegados vão ter a obrigação de pensar como a categoria técnica administrativa em educação se insere no conjunto da luta da classe trabalhadora, começando por resgatar que esta categoria de luta está inserida na classe trabalhadora. Será preciso inserir a Federação, bem como seus sindicatos filiados, na ampla luta para derrotar o fascismo, que está muito vivo e pronto para voltar ao poder em 2026.

Não haverá nenhum espaço para lutas corporativas como centro gravitacional de intervenção política. Toda e qualquer luta corporativa deverá ter a compreensão estratégica de inserir o conjunto da classe trabalhadora no processo de disputa.

Ou seja, uma pauta de reivindicações na campanha salarial de 2024 não terá êxito se não incorporar pautas importantes como derrotar a alta dos juros, garantir o aumento do salário mínimo com ganhos reais, garantir a democratização das IFEs como peça fundamental para a (re)incorporação dos amplos setores da classe trabalhadora no processo de produção de ciência e tecnologia, etc. Ou seja, nossa pauta precisa ser defendida pelo conjunto da sociedade ou não terá legitimidade e nem força política para enfrentar a extrema direita.

O que devemos esperar? De nosso ponto de vista, um grande empenho para compreender o atual momento político e sua gravidade para o futuro de nosso país. Do ponto de vista dos congressistas, pensamos que elas e eles devem responder a esta pergunta durante o processo de desenvolvimento do Congresso. Devem impor um congresso de alto nível e com debates estratégicos importantes para o futuro de médio e longo prazo. Lembremos: não há futuro sem derrotar o fascismo, e não é possível derrotar o fascismo se não derrotarmos o capitalismo.

GOVERNO RETOMA DISCUSSÃO COM A CATEGORIA E INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Durante o mês de março a FASUBRA teve diversos encontros com áreas do governo federal a fim de discutir pautas específicas da categoria, além de apresentar as propostas e os projetos que a Federação construiu ao longo dos últimos anos (veja mais na próxima página).

Nos últimos quatro anos, durante o Governo Bolsonaro, a educação no Brasil foi duramente atacada, desde a falta de investimentos até os ataques com discursos de ódio e de marginalização dos espaços educativos.

O impacto orçamentário foi uma das formas que o governo anterior encontrou de desmontar a educação no Brasil. Por exemplo, houve cortes nas verbas da merenda escolar, obras paradas em escolas, no orçamento para o funcionamento básico das universidades, nas pesquisas, assistência estudantil, a falta de concursos públicos, o que afetou diretamente a categoria dos técnicos e técnicas administrativas em educação.

Em 100 dias do novo governo muitas foram as políticas que estão sendo retomadas a fim de reverter as ações nefastas do governo Bolsonaro para a educação. E é compromisso da luta sindical estar vigilante e pressionar o novo governo para que possamos ter avanços.

Além do **reajuste salarial** dos servidores públicos federais de 9% para os servidores das universidades e a retomada da realização de **concursos públicos**, outras ações estão sendo retomadas pelo governo e tem impacto direto nos trabalhadores da educação. Confira algumas delas:

- A suspensão por 60 dias da implementação do **Novo Ensino Médio**

(NEM), criado em 2017. O Ministério da Educação (MEC) suspendeu os prazos de parte do cronograma nacional de implementação da nova etapa do ensino básico e aguardará a conclusão da consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional sobre o ensino médio. O novo ensino médio foi tramitado como medida provisória durante o governo Temer, sem diálogo com os setores da educação e entidades sindicais apontam uma série de problemas e graves consequências, para estudantes e docentes.

- Também foi reajustado o valor do repasse a estados e municípios para custear a **merenda escolar**, em aumentos que chegaram a 39%, além da retomada das obras e construção de escolas públicas.
- No ensino superior, houve reajuste nas **bolsas de pesquisa**, com variações de 25% a 200%, entre bolsas de graduação, pós-graduação, iniciação científica e Bolsa Permanência.
- Revogação da portaria 10.723/2022, que limitava a movimentação e redistribuição de técnicas e técnicos administrativos e docentes e de outras carreiras do funcionalismo.

Qual deve ser o nosso papel durante o novo governo?

Todas as ações apontadas na matéria acima são motivo de comemoração. Finalmente, estamos avançando. Em 2022, chegamos a duvidar do futuro das instituições federais de ensino. Chegamos a duvidar de nosso futuro

como coletividade. Agora parece que finalmente podemos avançar.

Mas não podemos nos iludir. Esse avanço só acontecerá se formos firmes na luta sindical, na luta social. O grande pacto para derrotar o fascismo em 2022 demandou alianças com setores ligados ao capital financeiro e que também vão disputar o governo para si. Temos que saber: esses setores não são nossos aliados. Para que eles ganhem, em geral nós temos que perder.

Por isso é importante seguirmos mobilizadas e mobilizados, seja pela nossa carreira ou para a recomposição salarial (porque precisamos ao menos ter uma vida digna), mas sem esquecer a luta maior em defesa da educação. É justamente a educação, com seu imenso potencial transformador, a única saída para um futuro mais justo, de mais diálogo, de menos raiva. Mas esse caminho não se faz só com trabalho militante e com boa disposição: é preciso política de Estado, é preciso investimento. Assim como é preciso que haja políticas de distribuição de renda e de taxaço dos ricos para redução das desigualdades, da pobreza.

Sentar e esperar que o governo resolva sozinho seria um grande erro. Sem pressão dos movimentos, quem ganha o jogo é o capital financeiro e aqueles que lucram com ele. É nossa tarefa seguirmos em movimento e fazendo pressão para as mudanças que queremos e precisamos para podermos avançar coletivamente.

FASUBRA SINDICAL E DEMAIS ENTIDADES DOS SPF ASSINAM ACORDO DA RECOMPOSIÇÃO EMERGENCIAL

No dia 24 de março a Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical e representantes das entidades do serviço público federal do Executivo finalizaram as negociações salariais com efeitos em 2023 com o governo federal. Em reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), as entidades assinaram o termo de acordo da recomposição emergencial de 9%, mais R\$ 200 no auxílio-alimentação.

Autoridades presentes na cerimônia destacaram que este era o acordo possível diante da disponibilidade orçamentária. Após sete anos sem diálogo com as servidoras e os servidores públicos federais, a MNNP voltou a funcionar há pouco mais de um mês e

espera-se avanços na construção de uma proposta salarial para 2024, que realmente recupere as perdas salariais dos últimos anos.

Reunião com a Secretaria de Educação Superior do MEC

No último dia 5 de abril a FASUBRA foi recebida pela secretária Denise Pires de Carvalho, da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação. O objetivo da reunião foi retomar o calendário de discussões da pauta específica das técnica-administrativas e dos técnico-administrativos em educação das universidades e institutos federais.

No encontro, a FASUBRA reafirmou a importância de se reunir com o ministro da

Educação, Camilo Santana, a fim de debater temas que não necessariamente impactam no orçamento do governo, mas também para discutir a carreira dos TAE, a democracia e autonomia nas universidades, a questão dos Hospitais Universitários (HU) e outros pontos que estão na pauta de reivindicação.

Na reunião foi reforçada ainda a necessidade da retomada da mesa da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC), do assento no Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e na Comissão Nacional de Educação. Ficou acertado também a construção de agenda permanente de negociação com a Sesu, além do retorno para a Federação ser recebida pelo ministro Camilo Santana.

DOIS POEMAS DE SABRINA DALBELO

em **Zine Marítimas** | vol.06: Mulheres e sociedade

higiene diária

eu me lambia sob o sol das quinze
quando
expeli uma bola de pelo enorme
entalada
dentro dela
uma folha de jornal
a violência das notícias
farpas
que eu venho engolindo
à força

concepção

eu vi uma mulher
preparar uma nova pessoa
despreparada

a lei está despreparada
para isso

todos os dias nasce
uma nova pessoa
órfã

UM POEMA DE GOLONDRINA FERREIRA

em **Zine Marítimas** | vol.06: Mulheres e sociedade

Nossa laia

são todas mães
nessa anti-família,
são todas filhas.

são tias
quando cozinham alho e limão
para a gripe

quando acolhem um choro
no ombro
são irmãs

quando passeiam, namoram,
tão meninas...
são primas.

quando olham umas às outras
e aprendem, e se inspiram...
sobrinhas.

são avós
quando contam histórias

são noivas
quando sonham futuro

quando desobedecem,
são netas

quando cúmplices
nas desobediências
são comadres

sem contratos nem certidões,
essa união é estável
porque sem pretensão
de eternidade

é fiel
porque sem a mentira
de exclusividade

e é feliz
porque se sente assim
não porque seja
obrigada.

Sobre as autoras:

Sabrina Dalbello @sabinadalbello

é gaúcha e mora em Bento Gonçalves/RS. Autora de Rasga-ossos (Penalux, 2020), finalista dos Prêmios AGES e Açorianos 2021, categoria poesia. Foi a Escritora Homenageada da 36ª Feira do Livro de Bento Gonçalves/RS (2021).

Golondrina Ferreira

é trabalhadora - da terra, das máquinas e da palavra. Seu verso é bruto como não poderia deixar de ser, nesse meio, e sensível como ainda não conseguiram fazer com que não fosse. Em espanhol se diz "golondrina" (andorinha) aos peões que andam de lugar em lugar trabalhando e vivendo, como a passarinha. Como ela, Golondrina voa por onde pode e o tanto que dá, depois empurra as fronteiras pra seguir um pouco mais.

Zine Marítimas é, mais que uma revista, uma rede de arte e literatura feita por mulheres. **Leia gratuitamente em:** www.zinemaritimas.blogspot.com

IG: @zine.maritimas

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA RECEBE REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA TÉCNICA - ADMINISTRATIVA

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi recebeu a direção da FASUBRA para tratar de temas da pauta específica dos TAE. Lupi foi o primeiro ministro do governo Lula a receber a FASUBRA em audiência.

No encontro foi aberta uma agenda de debates sobre a previdência e seguridade dos servidores públicos, em especial das técnica-administrativas e dos técnico-administrativos em educação das universidades e institutos federais.

Um dos debates realizados na audiência foi sobre a revogação

do Decreto 10.620/2021. O decreto foi suspenso por 90 dias pelo presidente Lula. Cabe lembrar que esse decreto transfere a gestão e concessão das aposentadorias e pensões das servidoras e servidores das autarquias e fundações federais para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A mudança vale para os já aposentados e para os futuros, que deverão entrar com seus processos de aposentadoria direto no INSS, e não mais em seus órgãos de origem.

Lilian Ney é Pedagoga, trabalha na Diretoria Pedagógica (DIPED) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). É mulher, mãe, feminista, poeta, ativista cultural e está nesse momento em gestação da escrita de sua tese de doutorado.
@lilian_ney IG / Lilian Ney FB / @NeyLilian TT

PARA ALÉM DAS PALAVRAS – UMA LEITURA DE MUNDO

UM CONVITE À CONVERSA E OS ESTRANHAMENTOS
QUE DELA ECOAM

UMA CONVERSA ABRE UMA BRECHA NO TEMPO!
CARLOS SKLIAR

O convite para escrever essa narrativa chegou pelo whats no finalzinho da manhã de uma terça-feira. Esses convites sempre me deixam apreensiva, – e se eu não der conta? Nesse mês de abril, comemoramos o dia do livro e o da Educação. Qual a importância do ato de ler para a educação. E a educação, como provoca o desejo de leitura? Uma proposta tentadora.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, uma das frases de Paulo Freire que mais ecoam em seminários, trabalhos acadêmicos e até em conversas despreziosas, daquelas sem tema específico e, aqui a ideia de conversa é na perspectiva de que fala Carlos Skliar de que a conversa se *dilui na potência do nós*, e os efeitos que essa conversa causa em nós e, o que nós fazemos com esses efeitos que a conversa despertou em nós.

Do mesmo modo, pensamos o educar como gesto ativo no qual a conversa está no centro das nossas ações, uma troca afetiva de saberes e conhecimentos e as ressonâncias que nos desacomodam e nos invocam a buscar modos outros de ver/sentir/pensar o mundo.

Pensamos¹ essa *potência do nós* na educação e a importância do ato de ler como gestos éticos, estéticos e políticos que assumimos nas ações cotidianas da Universidade, nas nossas pesquisas e em outras práticas sociais/culturais, como práxis, como afirma Freire, de que não há prática sem teoria nem teoria sem prática.

Que relações podemos estabelecer entre a leitura e educação? Que efeitos tem a leitura na educação e vice-versa? Não temos a intenção de responder a essas perguntas. Não temos uma resposta-verdade. Mas, aceitamos o estranhamento, levantamos do nosso lugar seguro e confortável e mergulhamos

profundo, de ponta cabeça, não em busca de respostas, mas de mais perguntas. Perguntas-utopia. Perguntas que impliquem olhar para nós e para nossas práticas cotidianas, para o já pensado, o já sabido e armazenado, não como algo estanque, mas como movimento, inacabamento, um desafio de (re)pensarmos uma Educação como instrumento de transformação pessoal e global.

Até aqui, nos trouxeram nossas percepções, e nos parece importante compartilhar a importância das leituras (não só dos livros acadêmicos, mas toda leitura que nos faça caminhar) e da educação, não como ato mecânico, de memorização, nem de concurso de bibliografias, mas, como um movimento dinâmico, reflexivo, como uma experiência carregada de significações e sentidos.

Uma experiência que nos cause assombro, encantamento, estranhamento, que *não se mede com fita métrica*, e que contribua para nossas tomadas de decisões educativas, políticas, sociais...

Referências:

- BARROS, Manoel. *Memórias inventadas: as infâncias de Manoel de Barros*. São Paulo: Planeta, 2010.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- SKLIAR, Carlos. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). In: Ribeiro, Tiago; Souza, Rafael de; Sampaio, Carmen Sanches. *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

¹ Uso o verbo no plural, pois, nesse momento, me acompanham as muitas conversas que me permiti entrar. Ecoam em mim os encontros, as leituras, a escuta atenta, e também, a vontade de que, vocês que estão me lendo agora, também compartilhem desse sentir/pensar/viver.

O CASO BOAVENTURA E O SILÊNCIO SOBRE O SEXISMO NAS ESQUERDAS

A publicização das denúncias de assédio sexual contra o sociólogo português Boaventura de Souza Santos estremeceu a barreira silenciosa mantida nos mais diversos campos da esquerda progressista brasileira sobre o machismo, sexismo e misoginia – perspectivas recusadas como política manifesta, mas executadas como prática tão presente no cotidiano das mulheres que participam dos debates e dos movimentos sociais. Em um tempo histórico em que temos cada vez mais farto e mais fácil acesso ao pensamento feminista, especialmente o pensamento feminista negro, surpreende ainda encontrar, no seio dos grupos que reclamam para si a identidade revolucionária e a busca pelo tão sonhado “outro mundo possível”, a dificuldade em refletir e perceber o quanto a materialidade do sistema capitalista e da racionalidade neoliberal afetam de forma efetivamente mais aguda e em perspectiva crônica as mulheres, especialmente as mulheres negras e, como vemos no caso Boaventura, as mulheres indígenas.

Em relação ao desenrolar do caso até culminar a denúncia mais atual, cabe destaque a dois pontos em interação: a questão da interseccionalidade e a questão do acesso à educação formal. A interseccionalidade de todo dia, nesse episódio, é demonstrada com clareza em sua estrutura perversa: uma das primeiras assediadas a realizar denúncia é uma líder mapuche, a quem não foi dada maior atenção. Foram necessários um número maior de anos de assédio, um número maior de mulheres assediadas, e, como ficou evidenciado, foi necessária a organização de um grupo de mulheres acadêmicas brancas assediadas formulando um documento, para que a denúncia se tornasse relevante. Conhecemos bem, nós mulheres, essa dinâmica. Não adianta ser apenas uma a denunciar, tem que ser um grupo – se for uma denúncia individual, haverá todo um circo de contextualizações a depôr contra a validade da acusação. Adianta menos ainda se for uma mulher negra, menos ainda se for indígena, pois estas mulheres, concretamente, possuem menos acesso aos dispositivos de denúncia e se encontram em posição ainda mais vulnerabilizada do que as mulheres brancas, em se tratando de acesso à informação e proteção social.

Em evidente interação, o fato de que foi necessária a formalização da denúncia através de um documento organizado por um grupo de mulheres com trajetória acadêmica formal para que “rumores” passassem a ser encarados como “denúncia” demonstra a fragilidade dos mecanismos e dispositivos que deveriam ter realizado o trabalho de registro e investigação desde o primeiro caso. Sim, o assédio sexual nas universidades pode ser entendido como um fenômeno multifatorial que deve ser enfrentado, através de implantação de políticas institucionais de combate às práticas de assédio, de programas de educação para o respeito às mulheres, de estabelecimento de redes articuladas e capacitadas para acolhimento, escuta, orientação e apoio às vítimas. Sim. Mas é preciso mais, muito mais – inclusive no tão romantizado “ambiente universitário”.

Há uma fantasia social de que as universidades possuem seu sentido de existência profundamente atrelado ao desenvolvimento do conhecimento para a melhoria das condições da sociedade. Fantasia romântica que é desmascarada ao analisarmos com seriedade a história desses “templos do saber”, quando podemos perceber o seu evidente compromisso basal

de hegemonizar a ideologia de que o acesso ao conhecimento fosse não um privilégio, mas um direito natural dos homens brancos – e não qualquer homem branco, mas o homem branco europeu letrado e descendente de famílias nobres. Fantasia romântica que é desmascarada também ao analisarmos o desenvolvimento das universidades ocidentais, e especialmente na América Latina, sempre atrelado à lógica do capitalismo dependente, atendendo a demandas e desmandos dos interesses internacionais. No Brasil, em meio à ditadura militar e seu projeto desenvolvimentista rapidamente abortado, explodiram cursos de graduação de engenharias que iriam formar a mão-de-obra qualificada e, ato contínuo, transformam-se as universidades em foco de perseguição ideológica. Retomada a democracia, sob a batuta lógica do liberalismo estadunidense, viram as universidades públicas um cemitério de desinvestimento a céu aberto – enquanto o Estado adubava as universidades privadas, prática que nem os governos progressistas posteriores conseguiram desarticular. Hoje, comanda as universidades a racionalidade neoliberal de forma magistral: precarização via terceirização e via trabalho remoto, imposição sem debate da missão tecnocrática via inovação tecnológica e empreendedorismo, dissolução da perspectiva democrática via abandono e negligência da atenção à realidade e às necessidades materiais dos estudantes universitários.

Em tempos de ânsia por curricularização da extensão sem debate profundo, o cenário que se anuncia é pavoroso: poderemos ter projetos de prevenção ao assédio sendo conduzidos por estudantes que, por sua vez, são expostos a uma realidade institucional que nunca foi tão propícia ao assédio e ao autoritarismo. A lógica empreendedora dirá à aluna: não reclame, a responsabilidade da sua vida dar certo ou dar errado é toda sua, de mais ninguém. E ela poderá concordar com isso muitas vezes, por inúmeros motivos. Por medo de retaliação, por vergonha de ser acusada de ter provocado o assédio, por realmente ter internalizado a lógica sexista, por não saber nem que pode, nem onde e nem como procurar ajuda. Cada uma dessas razões, tantas vezes utilizadas como argumentos para culpabilizar ou minimamente relativizar o sofrimento das vítimas, na verdade dão pistas de focos para o enfrentamento deste problema.

Mas o que se destaca, no caso Boaventura, é que se ela não concordar com a banalização do assédio, essa aluna, essa mulher mapuche, essa colega de trabalho, se de alguma forma ela questionar essa realidade e pensar que talvez não seja bem assim, e for buscar um grupo que lhe acolha, um sindicato, um movimento estudantil organizado, um grupo de estudo ou pesquisa, ela encontrará um paradoxo que pode ser desolador. Ela vai encontrar pessoas que querem combater o capitalismo, que criticam a burguesia, que querem justiça social. Porém, vai encontrar nesses grupos pessoas nas quais ainda resistem duas lógicas estruturais que sustentam as relações sociais que reproduzimos a cada dia: o racismo e o machismo. Por estruturais, são lógicas que não se abalam minimamente por análises exclusivamente teóricas, e nem se abalam minimamente por um ativismo voluntarista, por mais impetuoso e genuíno que seja. E Paulo Freire leu de Marx: o que pode fazer o mundo mudar é a práxis – e essa práxis, principalmente nos campos progressistas, é muito mais difícil do que nos campos conservadores, pois nos impulsiona a um fazer

cotidiano que deve ser diferente do que fomos estrutural e ideologicamente conformados a fazer. Mas não sabemos como, temos que construir cotidianamente uma materialidade de relações livres e éticas, compromisso muito mais complexo do que simplesmente replicar a cartilha conservadora.

Ou seja, se você é um homem branco cisgenero heterossexual, não adianta ser militante ambientalista e criticar as pautas identitárias, como qualquer reacionário autoritário faria. Não adianta ser uma mulher branca cisgenero feminista e se deixar seduzir pela lógica autoritária e sectária de repercutir o ódio às mulheres trans. Não adianta ser um homem negro militante e achar que uma mulher branca não pode ser vítima de assédio porque ela é – ainda que saibamos que é – privilegiada e mais protegida do que as mulheres negras. Nos movimentos progressistas, muitos auto-proclamados de esquerda – ainda encontramos muitas dessas situações. E essa realidade aflorou especialmente entre homens brancos que, ao escutarem a denúncia sobre o sociólogo até então tão festejado pelas esquerdas, em vez de simplesmente considerarem o horror ideológico que significa Boaventura ser um assediador, em uma lógica quase pueril, saltaram em defesa – não do sociólogo, mas de si mesmos. Queixam-se das pautas identitárias, retomam discursos de luta de classes numa perspectiva marxista positivista, criticam o sectarismo do feminismo e do racismo como se os movimentos identitários fossem responsáveis pelo insucesso do socialismo, e por aí vai. Outros homens, contudo, entendem que denunciar Boaventura não é denunciar todos os homens. Entendem que denunciar um assediador não é dizer que todos os homens são assediadores. Entendem que não se trata de ânsia por cancelamento, mas de decepção, que atinge a todos nós, homens e mulheres que em algum momento lemos, escutamos, e até mesmo entendemos melhor o mundo por alguém que agora nos mostra uma face tão horrenda.

Se tem alguma coisa que mantém uma mulher em um movimento, em um grupo de estudos, em uma universidade, mais ainda, que mantém uma mulher com vontade de sair da cama, se olhar no espelho, abrir a porta de casa e enfrentar a materialidade do mundo em que os homens ainda a enxergam como um objeto a ser usado, é a esperança de que iremos encontrar, ao longo do caminho, pontos de ancoragem, em outros homens e outras mulheres que nos enxerguem como companheiros de caminhada, na construção de uma outra realidade. Sabemos, todos os dias, que isso não ocorre sem conflito – então, bem-vindo o conflito dialógico que mostra o quanto ainda temos, como grupos de esquerda, a avançar na práxis anti-machista, e que nos provoca a pensar novas formas de qualificar, na teoria e na militância, os companheiros que estão ao nosso lado nas trincheiras. Quando a própria esquerda esbarra na dificuldade em entender e aceitar o quanto as ideologias estruturais determinam nossas formas de fazer a vida, está evidenciado que precisamos, mais do que nunca, nos colocar no lugar uns dos outros, amadurecer nossa autocrítica, e sermos melhores – ou ao menos diferentes – de qualquer conservador que encontramos por aí. Para isso, mulheres e homens: leiam mulheres feministas, leiam mulheres feministas negras, conversem, dialoguem, escutem e respeitem as mulheres, demonstrem que não concordam com o autoritarismo, assumam-se críticos da violência identitária – pois ela é real, mesmo que não os atinja.

CAMISETA APTAFURG

CHEGOU A HORA DE VESTIR A CAMISA DE QUEM SEMPRE LUTOU POR E COM VOCÊ, E AINDA AJUDAR A FORTALECER O NOSSO SINDICATO DA FORMA MAIS ESTILOSA

SINDICATO PRESENTE!



VALOR: APENAS R\$ 15,00

ONDE COMPRAR:

ENCOMENDE A SUA NA
SECRETARIA DO SINDICATO

DISPONÍVEL
NAS CORES
VERMELHA
E ROXA

DEBATE & INFORMAÇÃO & FORMAÇÃO & QUALIDADE

PARA LELO 30

Paralelo 30 está de volta,
de **segunda a sexta-feira**,
das **11h ao meio dia**

Como assistir: acesse

<https://stream.furg.br/audio/FURGFM>



SINDICATO NA LUTA

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

EXPEDIENTE

ENDEREÇO

Rua Padre Nilo Gollo, 76,
São Jorge, Rio Grande RS.
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417
Whatsapp: (53)98428-5716
(53)98428-5688
Email: aptafurg@aptafurg.org.br

COORDENAÇÃO GERAL

Celso Luis Sá Carvalho
Maria de Lourdes Fonseca Lose
Rafael Missiunas

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Lara Nasi
Maria de Lourdes Fonseca Lose
Carlos Eduardo Pereira de Quadros

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258
Tel.: (53) 9945-8125
marcioliveira2000@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO:

Editora Casaletras - contato@casaletras.com

IMPRESSÃO: Gráfica Uma

TIRAGEM: 1.000 exemplares